

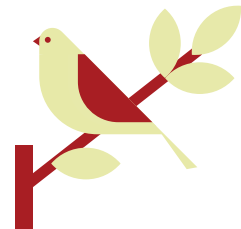


Perdas e danos; Adaptação; e Financiamento Climático Posição da Cáritas América Latina e Caribe na COP30

Pérdidas y daños; Adaptación; y Financiamiento Climático
Posición de Cáritas América Latina y el Caribe en la COP30

Loss and Damage; Adaptation; and Climate Finance
Position of Caritas Latin America and the Caribbean at COP30

Pertes et dommages ; Adaptation ; et Financement climatique
Position de Caritas Amérique latine et Caraïbes à la COP30



INDICE

Português	3
Español	12
English	21
Français	30

Perdas e danos; Adaptação; e Financiamento Climático

Posição da Cáritas América Latina e Caribe na COP30





PARTICIPAÇÃO DA CÁRITAS AMÉRICA LATINA E CARIBE NA COP 30

“O crescimento econômico, por si só, não resolve todos os problemas. (...) Uma abordagem integral requer que nos abramos a categorias que vão além da linguagem da matemática ou da biologia e nos conectam com a essência do que significa ser humano.” (Carta Encíclica Laudato Si’ – LS 190).

“Os dados científicos de que dispomos não permitem mais atrasos e deixam claro que a preservação da criação é uma das questões mais urgentes do nosso tempo e temos que reconhecer que está intimamente relacionada com a preservação da paz.” (Discurso do Cardeal Parolin, Secretário de Estado da Santa Sé, na 29ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – COP 29)

Introdução

Este documento apresenta a visão da Cáritas América Latina e Caribe em resposta aos desafios urgentes da justiça socioambiental. Ele enfatiza a importância crítica da defesa de direitos nas arenas internacionais de tomada de decisão, particularmente na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), bem como a implementação nacional eficaz de seus compromissos em nossos países. O objetivo é promover uma ecologia integral que reflita as realidades, aspirações e contribuições das comunidades da nossa região, em antecipação à 30ª Conferência das Partes (COP30), a ser realizada em Belém do Pará, Brasil, em novembro de 2025.

Resumo

Em resposta aos gritos urgentes da terra e dos povos mais afetados pela crise socioambiental, levantamos uma voz profética para denunciar um modelo econômico global impulsionado por uma “cultura do descarte”, crescimento desenfreado e exploração indiscriminada dos bens comuns. Esse sistema aprofundou as desigualdades sociais e agora ameaça o equilíbrio da criação.

Inspirados pela dignidade inerente a cada pessoa, enfatizamos a necessidade de uma mudança estrutural que coloque as pessoas e a vida no centro da justiça socioambiental. É hora de abraçar uma profunda conversão ecológica em nosso modo de vida, baseada no bem comum e na solidariedade entre as gerações.

Pedimos a promoção de políticas públicas que garantam uma transição energética progressiva, justa e inclusiva; defendam os direitos dos povos originários e das comunidades tradicionais sobre seus territórios; e garantam sua participação plena e efetiva nas decisões que os afetam.

Exigimos compromissos climáticos ambiciosos e juridicamente vinculativos, juntamente com financiamento acessível e direto para aqueles que protegem os territórios e a biodiversidade. Defendemos uma redistribuição justa da riqueza, guiada pelos princípios do bem-estar compartilhado e do fortalecimento das economias locais. Nossa voz está enraizada no compromisso de construir uma casa comum fundada em uma cultura de cuidado e amizade social.

Contexto

As transformações que afetam nossa casa comum¹, moldadas por múltiplas crises interconectadas – climática, sociocultural, econômica e política – têm origem em um modelo de desenvolvimento injusto e extrativista. Impulsionado pelo consumo e acúmulo ilimitados² esse paradigma promove a indiferença e a negligência tanto em relação ao nosso próximo quanto à criação. Ele prioriza a exploração excessiva dos recursos naturais por meio do desmatamento irracional, do agronegócio extrativista, da mineração irresponsável e de outras atividades que ameaçam os territórios e os direitos dos povos, degradam o equilíbrio ecológico e exacerbam a desigualdade social.

Essa crise de sentido e valores, que alimenta a violência e afeta desproporcionalmente as comunidades mais marginalizadas – ameaçando seus ecossistemas, meios de subsistência e laços sociais –, tem sido fortemente contestada pela Igreja em seu Magistério recente³ e denunciada com ousadia e clareza profética na encíclica *Laudato Si'*, lançada há dez anos, convocando a uma conversão ecológica no mesmo ano em que o Acordo de Paris foi adotado.

As consequências devastadoras causadas em grande parte pelo Norte Global⁴ exigem que atendamos “o clamor da terra e o clamor dos pobres”. Isso exige que a crise seja abordada por uma perspectiva que interligue a justiça social e ecológica e que sejam tomadas medidas urgentes e decisivas para quebrar o ciclo que aprisiona aqueles que menos contribuíram para a atual situação, mas sofrem os maiores encargos.

¹ Carta Encíclica *Laudato Si'*

² *Global Resources Outlook 2024* – UNEP & IRP (março de 2024)

³ Leão XIII em *Rerum Novarum*: destino universal dos bens criados e função social da propriedade privada; João XXIII em *Pacem in Terris*: a paz está ligada ao respeito pela vida e pela criação; Paulo VI em *Populorum Progressio*: perigos do crescimento econômico sem responsabilidade social e ambiental; João Paulo II alertou sobre a necessidade de um uso racional dos recursos naturais; Bento XVI lembrou que a natureza não é um objeto descartável, mas um dom de Deus que devemos proteger e cultivar.

⁴ *High-income groups disproportionately contribute to climate extremes worldwide*, *Nature Sustainability*, 2025.

A América Latina e o Caribe, uma das regiões com maior biodiversidade do planeta⁵, também estão entre as mais desiguais e vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas. A violência estrutural tem como alvo cada vez mais os defensores da vida e dos territórios contra interesses poderosos que buscam o controle dos recursos naturais. Enquanto isso, a insegurança impulsionada pelo narcotráfico e pela corrupção mina as instituições democráticas e corrói a confiança social.

No caminho rumo a COP30, os avanços continuam insuficientes⁶: o financiamento climático é escasso e de difícil acesso; as emissões de gases de efeito estufa não diminuíram significativamente; as perdas e danos não foram tratados com a urgência necessária; e o apoio à adaptação das populações mais vulneráveis continua limitado. Somam-se a isso propostas enganosas e soluções falsas que, sob o pretexto da sustentabilidade, perpetuam modelos extrativistas, mercantilizam a natureza e deslocam comunidades sem abordar as causas profundas e estruturais.

Este ano, à medida que os países apresentam Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) atualizadas para limitar o aquecimento global entre 1,5 e 2 graus Celsius acima dos níveis pré-industriais, os princípios do Acordo de Paris — particularmente o de responsabilidades comuns, mas diferenciadas — devem orientar a ação global. No entanto, o processo excluiu em grande parte as vozes das comunidades mais vulneráveis, negando seu reconhecimento como portadoras de sabedoria e propostas. Essa exclusão contradiz a justiça que deve sustentar todas as ações climáticas.

Exortamos os governos a assumirem uma liderança ousada na redução das emissões, apoiando os mais afetados e reparando os danos. A justiça climática só pode ser alcançada juntamente com a justiça social por meio de compromissos firmes, incluindo o cumprimento do financiamento prometido e o reconhecimento do conhecimento ancestral para encontrar soluções que protejam o planeta para as gerações presentes e futuras.

Prioridades da Cáritas América Latina e Caribe para a incidência política

Como Cáritas América Latina e Caribe — composta por 21 Cáritas Nacionais em toda a região —, nos unimos à Confederação Caritas Internationalis, a diferentes organizações, a várias iniciativas pastorais da Igreja Católica e a outros grupos religiosos e da sociedade civil para exortar os governos a promover políticas eficazes que possibilitem uma verdadeira justiça socioambiental.

⁵ The State of Biodiversity in Latin America and the Caribbean: A mid-term review of progress towards the Aichi Biodiversity Targets (2016)

⁶ UNEP Report

Inspirados pela Doutrina Social Católica e seus princípios orientadores de responsabilidade, subsidiariedade, equidade e solidariedade — e baseados em uma abordagem que coloca a ação local no centro da defesa global — amplificamos as vozes das comunidades no cenário internacional, particularmente aquelas que sofreram perdas e danos, deslocamento ou transformações forçadas em seus meios de subsistência e sistemas alimentares devido aos impactos climáticos.

Conclamamos veementemente os governos e os atores internacionais a abraçar o desafio de uma ação transformadora que aborde as raízes estruturais da crise e contribua para um futuro justo e equitativo para todos. Este apelo decorre do nosso compromisso de acompanhar as comunidades mais vulneráveis, reconhecer o seu papel na definição de respostas eficazes e sublinhar a necessidade de uma transição para modos de vida sustentáveis e solidários.

Com base nas realidades de nossos territórios, priorizamos as seguintes áreas temáticas em nosso engajamento e incidência dentro da agenda de negociações da UNFCCC.

1. Perdas e danos

Visão geral

A crise socioambiental continua a causar perdas e danos cada vez mais graves, especialmente nos países em desenvolvimento, afetando não apenas as economias, mas também elementos intangíveis, como cultura, espiritualidade, senso de pertencimento, saúde e biodiversidade. Os grupos desfavorecidos são os mais afetados por essas consequências e suas vozes e experiências continuam excluídas das análises oficiais.

Na América Latina e no Caribe, os efeitos irreversíveis das mudanças climáticas estão se intensificando. Setores como agricultura, pesca e turismo, enfrentam graves impactos, ameaçando a segurança alimentar, os meios de subsistência e a estabilidade. Essa realidade também está impulsionando a migração induzida pelo clima, deslocando comunidades e colocando pressão adicional sobre os centros urbanos e os serviços essenciais.

A falta de ações em matéria de mitigação, adaptação e compensação forçam os países mais afetados a arcar sozinhos com as consequências, muitas vezes incorrendo em dívidas ou sacrificando serviços públicos essenciais. Isso exacerba a desigualdade e prejudica a dignidade e o bem-estar das populações.

Embora a UNFCCC não regule explicitamente a mobilidade humana, o preâmbulo do Acordo de Paris reconhece a ligação entre as mudanças

climáticas, os direitos humanos e o deslocamento forçado. No âmbito das Perdas e Danos, a migração induzida pelo clima é reconhecida como uma preocupação central. No entanto, ainda falta um compromisso político genuíno para integrar de forma coerente essas agendas interligadas.

Chamado à ação

Exortamos as Partes a cumprirem seus compromissos, avançando de forma decisiva no estabelecimento e fortalecimento de mecanismos de reparação, particularmente por meio da implementação do Fundo de Perdas e Danos. Esse fundo deve operar com transparência, equidade e acessibilidade, envolvendo-se em um diálogo direto com as comunidades na linha de frente da crise, evitando a replicação de estruturas que perpetuam a dependência ou a exclusão.

Essa realidade deve ser totalmente integrada às Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), incluindo o reconhecimento explícito das perdas e danos econômicos e não econômicos; compromissos financeiros reforçados; avaliações de risco que incorporem dimensões sociais e territoriais; estratégias de resposta participativas; e análises rigorosas das necessidades tecnológicas e de capacitação para garantir soluções justas e centradas nas pessoas.

Também exigimos que os marcos de ação climática existentes — como o Mecanismo Internacional de Varsóvia sobre Perdas e Danos (WIM) e sua Task Force on Displacement — adotem medidas concretas para proteger as pessoas deslocadas pelos impactos climáticos. Estas devem incluir prevenção, mitigação e apoio abrangente ao deslocamento forçado.

2. Adaptação

Visão geral

A América Latina e o Caribe estão entre as regiões mais vulneráveis às mudanças climáticas, com impactos profundos nas comunidades costeiras, ilhas do Caribe e áreas rurais, agravando as desigualdades estruturais existentes e ameaçando meios de subsistência fundamentais.

Uma adaptação eficaz requer o fortalecimento da resiliência das comunidades e o aprimoramento das habilidades para responder aos impactos atuais e futuros por meio de apoio financeiro, técnico e humano. A adaptação representa uma oportunidade de empoderar as comunidades a partir da base, enfatizando a ação local, o fortalecimento das capacidades e a educação socioambiental.

Esse apoio exige investimento em infraestrutura e sistemas de alerta precoce, bem como acesso equitativo ao financiamento internacional, priorizando as populações historicamente marginalizadas, com recursos canalizados por meio de abordagens lideradas localmente que empoderem as comunidades para projetar e implementar as soluções de que precisam.

Apesar desses desafios, acreditamos que é possível trilhar juntos caminhos de esperança, abraçando esse processo global como uma oportunidade para unir esforços, compartilhar saberes e nos comprometer com alternativas que coloquem a vida no centro, guiadas por uma visão de longo prazo.

Chamado à ação

Exortamos os governos e os atores internacionais a renovarem seu compromisso com medidas de adaptação eficazes, sustentáveis e centradas nas pessoas, que respeitem os guardiões da terra e os defensores da vida. Esses esforços devem considerar seu conhecimento ancestral e sua profunda conexão com a terra, vitais para a elaboração de soluções duradouras.

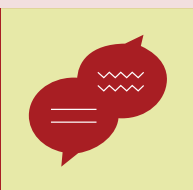
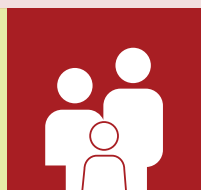
A UNFCCC deve reconhecer formalmente e apoiar o papel das organizações religiosas na mobilização de redes, na conscientização e na promoção de ações coletivas. Igualmente importante é reconhecer as contribuições únicas das mulheres — sua percepção, sensibilidade e compreensão dos ciclos interconectados da natureza as posicionam como guardiãs dos territórios e líderes na promoção de soluções integradas.

Além disso, é fundamental revisar as políticas de consumo e produção e transformar os sistemas agrícolas e alimentares para reduzir as emissões, garantir a segurança alimentar, proteger os meios de subsistência e restaurar os ecossistemas. Qualquer estratégia de adaptação deve estar firmemente enraizada no respeito pelos direitos humanos, garantindo condições de trabalho justas e dignas, prevenindo novas exclusões e promovendo alternativas que defendam a dignidade e o bem-estar humanos.

3. Financiamento climático

Visão geral

Em relação aos compromissos de financiamento climático, a COP29 marcou um marco ao concordar em buscar uma nova meta coletiva de US\$ 300 bilhões anualmente até 2035. Embora isso supere a promessa de US\$ 100 bilhões feita na COP21, ainda é insuficiente para atender às necessidades crescentes das comunidades afetadas pela crise climática, especialmente em países historicamente marginalizados.



Um financiamento adequado, acessível e equitativo é essencial para que os países em desenvolvimento possam ampliar suas ambições climáticas dentro de suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), salvaguardando assim as pessoas, seus ambientes e seus meios de subsistência.

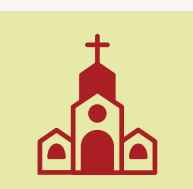
Chamado à ação

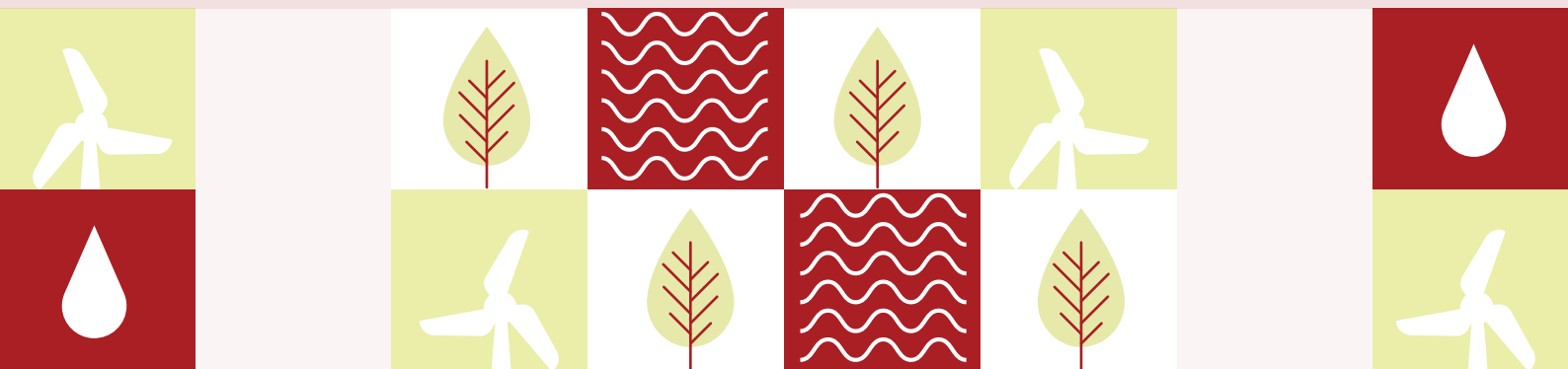
Juntamente com as comunidades e organizações aliadas, exortamos os governos e atores internacionais a assumirem plenamente suas responsabilidades, reconhecendo a dívida histórica com o Sul Global, um passo necessário para uma verdadeira justiça socioambiental.

Solicitamos que o financiamento climático:

- a) seja justo e solidário, abrangendo todos os pilares do Acordo de Paris;
- b) priorize subsídios em vez de empréstimos;
- c) garanta acesso inclusivo;
- d) evite instrumentos que comprometam a soberania ou os serviços essenciais;
- e) seja canalizado por meio de mecanismos participativos; e
- f) conte com regras claras, transparência e prestação de contas.

Defendemos o cancelamento de dívidas injustas e o desenvolvimento de soluções financeiras inovadoras que liberem recursos, reconheçam a dívida ecológica e promovam uma arquitetura financeira enraizada na dignidade humana e no cuidado com nossa casa comum.

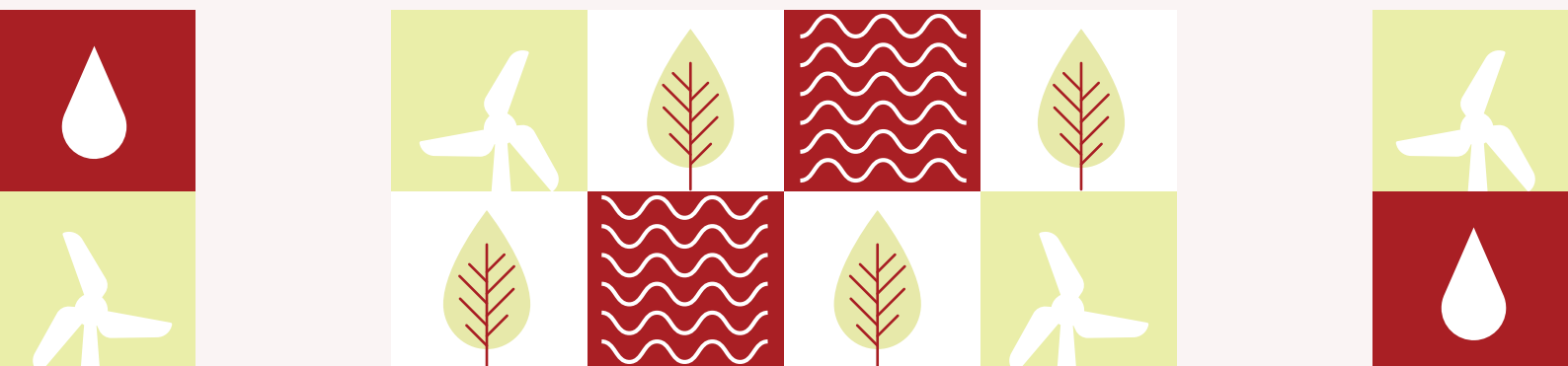




Nosso compromisso

Comprometemo-nos a participar ativamente de plataformas de incidência que promovam o diálogo e a colaboração em processos locais alinhados com os compromissos do Acordo de Paris.

Nosso objetivo é apoiar os esforços de implementação que garantam que as decisões tomadas em nível global se traduzam em ações concretas, equitativas e transformadoras no terreno, promovendo a ecologia integral e a justiça socioambiental.



Pérdidas y daños; Adaptación; y Financiamiento Climático

Posición de Cáritas América Latina y el Caribe en la COP30





PARTICIPACIÓN DE CÁRITAS AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE EN LA COP 30

“El crecimiento económico, por sí solo, no resuelve todos los problemas. (...) Un planteamiento integral requiere abrirse a categorías que trascienden el lenguaje de las matemáticas o de la biología y nos conectan con la esencia de lo humano” (Carta encíclica Laudato Si – LS 190).

“Los datos científicos disponibles no permiten demoras y dejan en evidencia que la preservación de la creación es uno de los temas más urgentes de nuestro tiempo; (...) y que está estrechamente relacionada con la preservación de la paz” (Discurso del Cardenal Parolin, Secretario de Estado de la Santa Sede, ante la 29 Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Clima – COP 29)

Introducción

El presente documento busca compartir la visión de Cáritas América Latina y el Caribe frente a los desafíos de la justicia socio ambiental, reafirmando la importancia de incidir en los espacios internacionales de toma de decisión, especialmente en la Convención Marco de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático (CMNUCC), y su implementación nacional en cada uno de nuestros países, con el propósito de fomentar una ecología integral que refleje las realidades, esperanzas, y propuestas de las comunidades de nuestra región, con miras a la 30ª Conferencia de las Partes (COP30), que se celebrará en Belém do Pará, Brasil, en noviembre de 2025.

Resumen

Ante la urgencia del clamor de la tierra y de los pueblos más golpeados por la crisis socioambiental, elevamos una voz profética que denuncia un modelo económico global basado en la lógica del descarte, el crecimiento ilimitado, y la explotación indiscriminada de los bienes comunes. Este sistema ha profundizado desigualdades sociales, y amenaza el equilibrio de la creación.

Inspirados en la dignidad de cada persona, afirmamos la necesidad de una transformación estructural que sitúe al ser humano y la vida en el centro de la justicia socioambiental. Es tiempo de asumir una conversión ecológica profunda de nuestros estilos de vida en favor del bien común y la solidaridad entre generaciones.

Abogamos por la promoción de políticas públicas que garanticen una transición energética progresiva, justa e inclusiva; respeten los derechos de los pueblos tradicionales sobre sus territorios; y aseguren su participación plena y efectiva en las decisiones que les afectan.

Reclamamos compromisos climáticos ambiciosos, legalmente vinculantes, y una financiación accesible y directa para quienes protegen los territorios y la biodiversidad. Exigimos una redistribución equitativa de la riqueza guiada por criterios de bienestar compartido, y el fortalecimiento de las economías locales. Nuestra voz nace del compromiso de edificar una casa común fundada en la cultura del cuidado y la amistad social.

Contexto

Los cambios que afectan a nuestra casa común¹, signados por múltiples crisis interconectadas —climática, ecológica, socio-cultural, económica y política—, son fruto de un modelo de desarrollo injusto y depredador inducido por niveles de consumo y acumulación sin límites², que favorece la indiferencia, el descuido del prójimo y de la creación; y prioriza la explotación excesiva de los recursos naturales mediante la deforestación irracional, la agroindustria extractivista, la minería irresponsable y otras actividades que amenazan los territorios y los derechos de los pueblos, degradando el equilibrio del medio ambiente y profundizando las desigualdades sociales.

Esta crisis de sentido y de valores, que genera violencia y afecta de forma desproporcionada a las poblaciones más marginadas amenazando sus ecosistemas, medios de vida y lazos sociales, ha sido firmemente cuestionada por la Iglesia en su Magisterio reciente³ y denunciada con fuerza profética en la encíclica *Laudato Si'*, publicada hace diez años, invitando a una conversión ecológica en el mismo año en que fue adoptado el Acuerdo de París.

Las consecuencias devastadoras que sufre la población, causadas principalmente por el Norte Global⁴, requieren escuchar “el clamor de la tierra y el clamor de los pobres”; es decir, abordar el problema con un enfoque de justicia social y ecológica interconectadas, y actuar con vehemencia para romper la trampa que aqueja a quienes menos han contribuido a este desenlace y lo sufren con mayor fuerza.

América Latina y el Caribe, una de las regiones con mayor biodiversidad

¹ Carta Encíclica *Laudato Si'*

² *Global Resources Outlook 2024* – UNEP & IRP (marzo de 2024)

³ Leon XIII en *Rerum Novarum*: Destino universal de los bienes creados y función social de la propiedad privada; Juan XXIII en *Pacem in Terris*: la paz está ligada al respeto por la vida y por la creación; Paulo VI en *Populorum Progressio*: peligros del crecimiento económico sin responsabilidad social y ambiental; Juan Pablo II advirtió sobre la necesidad de un uso racional de los recursos naturales; Benedicto XVI recordó que la naturaleza no es un objeto descartable sino un don de Dios que debemos proteger y cultivar.

⁴ *High-income groups disproportionately contribute to climate extremes worldwide*, *Nature Sustainability*, 2025.

del planeta⁵, es también una de las más desiguales y vulnerables a los impactos del cambio climático. La violencia estructural que atraviesa nuestra región se intensifica contra quienes defienden la vida y los territorios frente al avance de intereses que buscan controlar los recursos naturales. La inseguridad, alimentada por el narcotráfico y la corrupción, debilita las instituciones democráticas y deteriora la confianza social.

En el camino hacia la COP30, los avances son insuficientes⁶: el financiamiento climático continúa siendo escaso y de difícil acceso; las emisiones de gases de efecto invernadero no han disminuido de forma contundente; las pérdidas y daños no se han abordado con la urgencia requerida; y el apoyo a la adaptación de las poblaciones más vulneradas permanece restringido. A ello se suman propuestas engañosas y falsas soluciones que bajo el discurso de la sostenibilidad perpetúan modelos extractivos, mercantilizan la naturaleza, y desplazan a las comunidades sin enfrentar las causas estructurales de la crisis.

En este año, en el que los países deben presentar la actualización de sus Contribuciones Determinadas a Nivel Nacional (NDC, por sus siglas en inglés), orientadas a limitar el calentamiento global a entre 1,5 y 2 grados centígrados por encima de los niveles preindustriales, los principios del Acuerdo de París –especialmente el de responsabilidades comunes pero diferenciadas– deben guiar la acción global. Hasta ahora, el proceso ha sido poco inclusivo: las voces de las comunidades más vulnerables han sido ignoradas, privándoles el reconocimiento como portadoras de sabiduría y propuestas. Esta exclusión contradice el espíritu de justicia que debería guiar toda acción climática.

Llamamos a los gobiernos a asumir con valentía el liderazgo en la reducción de emisiones, el apoyo a quienes más sufren los impactos, y la reparación de los daños. La justicia climática sólo será posible si avanza junto con la justicia social a través de compromisos firmes, como el cumplimiento del financiamiento prometido, y el reconocimiento de los saberes ancestrales en la búsqueda de soluciones que protejan la habitabilidad universal, tanto en el presente como para las generaciones futuras.

Prioridades de América Latina y el Caribe para la incidencia política

Desde Cáritas América Latina y el Caribe conformada por las 21 Cáritas Nacionales de la región, nos unimos a la Confederación Caritas Internationalis, a las diferentes organizaciones y pastorales de la Iglesia

⁵ The State of Biodiversity in Latin America and the Caribbean: A mid-term review of progress towards the Aichi Biodiversity Targets (2016)

⁶ UNEP Report

Católica, así como a diversos grupos basados en la fe y de la sociedad civil, para instar a los Estados a promover políticas eficaces que hagan posible una verdadera justicia socioambiental.

Inspirados por la Doctrina Social de la Iglesia y sus principios de responsabilidad, subsidiariedad, equidad y solidaridad, y desde un enfoque que sitúa la acción local como base de la incidencia global, llevamos las voces de las comunidades al ámbito internacional visibilizando sus realidades, especialmente aquellas que por causas climáticas han sufrido pérdidas y daños, han sido desplazadas, o se ven forzadas a transformar sus medios de vida y sistemas de alimentación. Hacemos un llamado firme a los gobiernos y actores internacionales a asumir el desafío de impulsar una acción transformadora que aborde las causas estructurales de la crisis y contribuya a un futuro justo para todas las personas. Este llamado surge desde nuestra vocación de acompañamiento a las comunidades más vulnerables, reconociendo su papel en la respuesta a la crisis y subrayando la necesidad de avanzar hacia estilos de vida solidarios y sostenibles.

Partiendo de la realidad de nuestros territorios, hemos decidido priorizar las siguientes temáticas para nuestra participación e incidencia en la agenda de negociación de la Convención Marco de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático (CMNUCC):

1. Pérdidas y daños

Diagnóstico

La crisis socioambiental ha ido generando pérdidas y daños cada vez más profundos, especialmente en los países en desarrollo, afectando no solo su economía, sino también aspectos intangibles como la cultura, la espiritualidad, el arraigo, la salud y la biodiversidad. Estas repercusiones recaen de forma desproporcionada sobre los grupos desfavorecidos, cuyas voces y experiencias quedan fuera de los análisis oficiales.

En América Latina y el Caribe, los efectos irreversibles del cambio climático se manifiestan con creciente intensidad. Sectores como la agricultura, la pesca o el turismo sufren impactos severos, amenazando la seguridad alimentaria, los medios de vida y la estabilidad. Esta realidad también impulsa procesos de migración climática, desplazando comunidades enteras y ejerciendo presión sobre ciudades y servicios básicos.

La falta de acciones suficientes en mitigación, adaptación y mecanismos de compensación obliga a los países más afectados a enfrentar solos las consecuencias, muchas veces recurriendo al endeudamiento o sacrificando servicios públicos esenciales. Esta situación profundiza la desigualdad, y compromete la dignidad y la vida de las personas.

Si bien la CMNUCC no regula directamente la movilidad humana, el Acuerdo de París reconoce en su preámbulo la relación entre cambio climático, derechos humanos y desplazamientos forzados. Y en el marco de Pérdidas y Daños, la migración inducida por causas climáticas se vincula con otras agendas internacionales como el Pacto Mundial sobre Migración (GCM) y el Pacto Mundial sobre Refugiados (GCR). Sin embargo, aún falta el compromiso político real de entrelazar de manera coherente estas agendas interconectadas.

Llamado a la acción

Exhortamos a las Partes a cumplir sus compromisos avanzando de forma decidida en la creación y fortalecimiento de mecanismos de reparación, en particular mediante la implementación del Fondo de Pérdidas y Daños. Este fondo debe operar con criterios de transparencia, equidad y accesibilidad, en diálogo directo con las comunidades que viven en la primera línea de la crisis, evitando reproducir estructuras de dependencia o exclusión.

Asimismo, pedimos que esta realidad se integre en las Contribuciones Determinadas a Nivel Nacional (NDCs), incluyendo el reconocimiento explícito de las pérdidas y daños tanto económicos como no económicos; el aumento de compromisos financieros; evaluaciones de riesgo con enfoque social y territorial; estrategias participativas de respuesta; y un análisis riguroso de necesidades tecnológicas y de fortalecimiento de capacidades, para asegurar respuestas justas y centradas en las personas.

Exigimos también que los marcos existentes de acción climática, como el Mecanismo Internacional de Varsovia sobre Pérdidas y Daños (WIM) y su Task Force on Displacement, incorporen medidas concretas para la protección de las personas desplazadas por impactos climáticos, incluyendo acciones de prevención, minimización y atención integral a los desplazamientos forzados.

2. Adaptación

Diagnóstico

América Latina y el Caribe es una de las regiones más expuestas a los efectos del cambio climático, enfrentando fenómenos que afectan gravemente a comunidades costeras, islas del Caribe y zonas rurales, agravando las desigualdades estructurales y poniendo en riesgo los medios de vida fundamentales.

La adaptación al cambio climático implica fortalecer la resiliencia de las comunidades y su capacidad para responder a los impactos actuales y futuros, mediante apoyo financiero, técnico y humano. Representa

una oportunidad para robustecer comunidades desde la base, a través de la acción local, el fortalecimiento de capacidades, y la educación socio-ambiental.

Este apoyo requiere inversiones en infraestructura y sistemas de alerta temprana, y un acceso equitativo al financiamiento internacional, priorizando a las poblaciones históricamente excluidas y canalizando los medios mediante enfoques liderados localmente, donde las propias comunidades sean protagonistas en el diseño y la implementación de las soluciones que necesitan.

Frente a estos desafíos, creemos que es posible transitar juntos caminos de esperanza asumiendo este proceso global como una ocasión para unir esfuerzos, compartir saberes, y apostar por alternativas que pongan la vida en el centro, con visión de largo plazo.

Llamado a la acción

Instamos a los gobiernos y actores internacionales a renovar su compromiso con acciones de adaptación efectivas, sostenibles y centradas en las personas guardianas del territorio y defensoras de la vida; teniendo en cuenta su conocimiento ancestral y su conexión con la tierra, cruciales para alcanzar soluciones efectivas.

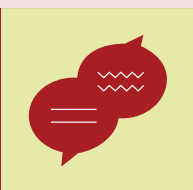
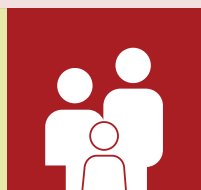
La CMNUCC debe reconocer y apoyar el papel de las organizaciones basadas en la fe en la movilización de redes, la sensibilización y la acción colectiva. También es fundamental valorar el rol de las mujeres, cuyo rol, sensibilidad y capacidad para captar la interconexión entre los ciclos de la naturaleza y la vida, las posiciona como custodias de los territorios, con liderazgo para promover soluciones integrales.

Es fundamental revisar las políticas de consumo y producción, así como transformar los sistemas agrícolas y alimentarios, con el fin de reducir emisiones, garantizar la seguridad alimentaria, proteger los medios de vida y regenerar los ecosistemas. Toda estrategia de adaptación debe estar anclada en el respeto a los derechos humanos, asegurando condiciones laborales justas y dignas, evitando nuevas formas de exclusión y promoviendo alternativas que valoren la dignidad y el bienestar de las personas.

3. Financiamiento climático

Diagnóstico

Con relación al compromiso de movilizar financiamiento climático para países en desarrollo, la COP29 marcó un hito en las negociaciones al acordar el avance hacia un nuevo objetivo colectivo: 300 mil millones de dólares anuales para 2035. Aunque esta meta supera el



compromiso de 100 mil millones fijado en la COP21, sigue siendo insuficiente frente a las crecientes necesidades de las comunidades afectadas por la crisis, especialmente en los países históricamente postergados.

Un financiamiento adecuado, accesible y equitativo es clave para que los países en desarrollo puedan aumentar su ambición climática en sus Contribuciones Determinadas a Nivel Nacional (NDCs), protegiendo así a las personas, su entorno y sus medios de subsistencia.

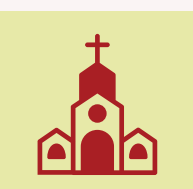
Llamado a la acción

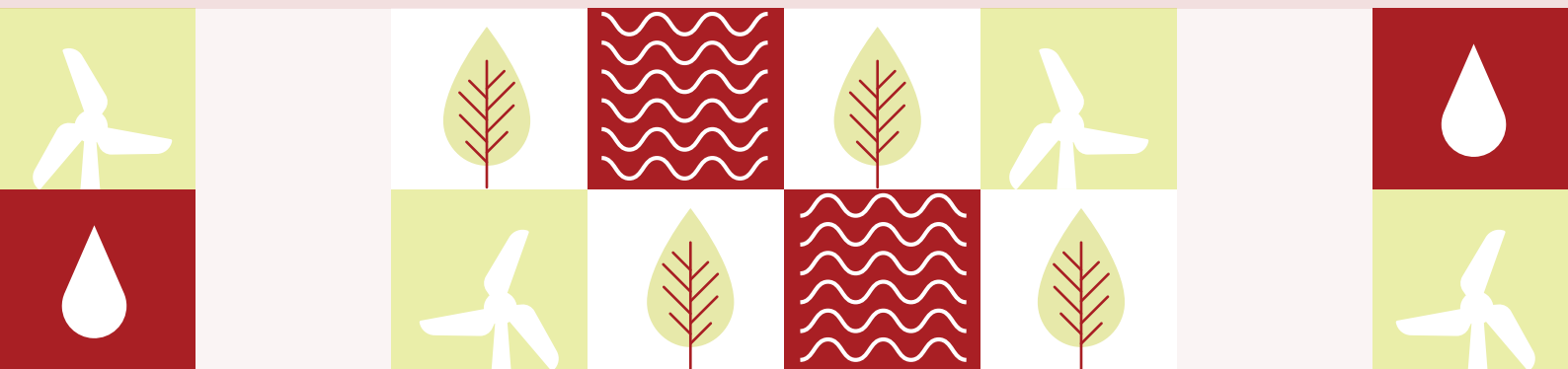
Junto a nuestras comunidades y organizaciones hermanas, esperamos que los gobiernos y actores internacionales asuman sus responsabilidades, reconociendo la deuda histórica con el Sur Global, de camino hacia una verdadera justicia socioambiental.

Pedimos que el financiamiento climático:

- a) sea justo y solidario, abarcando todos los pilares del Acuerdo de París;
- b) priorice subvenciones sobre préstamos;
- c) garantice acceso inclusivo;
- d) evite instrumentos que comprometan la soberanía o los servicios esenciales;
- e) se canalice mediante mecanismos participativos; y
- f) cuente con reglas claras, transparencia y rendición de cuentas.

Abogamos por la cancelación de deudas injustas y por soluciones innovadoras que liberen recursos, reconozcan la deuda ecológica, y contribuyan a una arquitectura financiera centrada en la dignidad humana y el cuidado de la casa común.

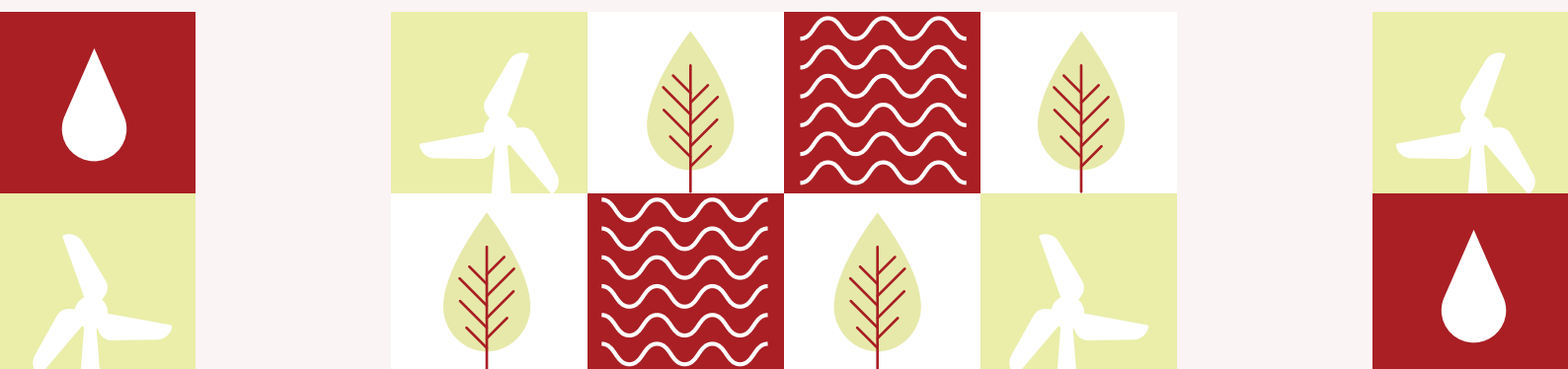




Nuestro compromiso

Nos comprometemos a participar activamente en los espacios de incidencia, promoviendo el diálogo, y colaborando en los procesos locales relacionados con los compromisos del Acuerdo de París.

Nuestro propósito es acompañar procesos de implementación para que las decisiones adoptadas a nivel global se traduzcan en acciones concretas, justas y transformadoras en los territorios, en favor de la ecología integral y la justicia socioambiental.



Loss and Damage; Adaptation; and Climate Finance Position of Caritas Latin America and the Caribbean at COP30





PARTICIPATION OF CARITAS LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN IN COP 30

"Economic growth, by itself, does not solve all problems. (...) An integral approach requires opening ourselves to categories that go beyond the language of mathematics or biology and connect us with the essence of what it means to be human." (Encyclical Letter Laudato Si' – LS 190).

"The scientific data available to us do not allow any further delay and make it clear that the preservation of creation is one of the most urgent issues of our time and we have to recognise that it is closely interrelated with the preservation of peace." (Speech by Cardinal Parolin, Secretary of State of the Holy See, at the 29th United Nations Climate Change Conference – COP 29)

Introduction

This document presents the vision of Cáritas Latin America and the Caribbean in response to the urgent challenges of socio-environmental justice. It emphasizes the critical importance of advocacy within international decision-making arenas, particularly the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC), as well as the effective national implementation of its outcomes across our countries. The goal is to promote an integral ecology that reflects the realities, aspirations, and contributions of communities in our region, in anticipation of the 30th Conference of the Parties (COP30), to be held in Belém do Pará, Brazil, in November 2025.

Summary

In response to the urgent cries of the earth and the communities most affected by the socio-environmental crisis, we raise a prophetic voice to denounce a global economic model driven by a "throwaway culture," unrestrained growth, and the indiscriminate exploitation of common goods. This system has deepened social inequalities and now threatens the delicate balance of creation.

Inspired by the inherent dignity of every person, we stress the necessity of structural change that centers people and life in socio-environmental justice. It is time to embrace a profound ecological conversion in our way of living, grounded in the common good and solidarity between generations.

We call for the promotion of public policies that ensure a progressive, just, and inclusive energy transition; uphold the rights of Indigenous peoples and traditional communities over their territories; and guarantee their full and effective participation in decisions affecting them.

We demand ambitious, legally binding climate commitments, alongside accessible and direct financing for those who protect territories and biodiversity. We advocate for a fair redistribution of wealth, guided by principles of shared well-being and the strengthening of local economies. Our voice is rooted in the commitment to build a common home founded on a culture of care and social friendship.

Context

The transformations impacting our common home¹ — shaped by multiple, interconnected crises spanning ecological, socio-cultural, economic, and political spheres — originate from an unjust and extractive development model. Driven by limitless consumption and accumulation², this paradigm fosters indifference and neglect toward both our neighbors and God's creation. It prioritizes excessive exploitation of natural resources through irrational deforestation, extractive agribusiness, irresponsible mining, and other activities that threaten territories and the rights of peoples, degrade ecological balance, and exacerbate social inequality.

This crisis of meaning and values, which fuels violence and disproportionately impacts the most marginalized communities — threatening their ecosystems, livelihoods, and social ties — has been strongly challenged by the Church in its recent teachings³. It was boldly denounced with prophetic clarity in the encyclical *Laudato Si'*, released ten years ago, calling for ecological conversion in the same year the Paris Agreement was adopted.

The devastating consequences caused largely by the Global North⁴ demand that we heed “the cry of the earth and the cry of the poor.” This calls for addressing the crisis through a lens that interlinks social and ecological justice, and for urgent, decisive action to break the cycle that traps those who have contributed least yet suffer the greatest burdens.

Latin America and the Caribbean, one of the most biodiverse regions in the world⁵, is also among the most unequal and vulnerable to climate

¹Encyclical Letter *Laudato Si'*

²*Global Resources Outlook 2024* – UNEP & IRP (março de 2024)

³Leo XIII in *Rerum Novarum*: universal destination of created goods and social function of private property; John XXIII in *Pacem in Terris*: peace is linked to respect for life and creation; Paul VI in *Populorum Progressio*: dangers of economic growth without social and environmental responsibility; John Paul II warned of the need for rational use of natural resources; Benedict XVI recalled that nature is not a disposable object, but a gift from God that we must protect and cultivate.

⁴High-income groups disproportionately contribute to climate extremes worldwide, *Nature Sustainability*, 2025.

change impacts. Structural violence increasingly targets defenders of life and land against powerful interests seeking control of natural resources. Meanwhile, insecurity driven by drug trafficking and corruption undermines democratic institutions and erodes public trust. On the path to COP30, progress remains insufficient⁵: climate financing is scarce and difficult to access; greenhouse gas emissions have not decreased significantly; loss and damage have not been addressed with necessary urgency; and support for adaptation in the most vulnerable populations remains limited. Added to this are misleading proposals and false solutions that, under the guise of sustainability, perpetuate extractive models, commodify nature, and displace communities without addressing root causes.

This year, as countries submit updated Nationally Determined Contributions (NDCs) to limit global warming to between 1.5 and 2 degrees Celsius above pre-industrial levels, the principles of the Paris Agreement—particularly that of common but differentiated responsibilities—must guide global action. However, the process has largely excluded the voices of the most vulnerable communities, denying their recognition as bearers of wisdom and proposals. This exclusion contradicts the justice that should underpin all climate action. We urge governments to take bold leadership in cutting emissions, supporting those most affected, and repairing damage. Climate justice can only be achieved alongside social justice through strong commitments, including fulfilling promised funding and recognizing ancestral knowledge to find solutions that protect the planet for present and future generations.

Cáritas Latin America and the Caribbean priorities for political advocacy

As Cáritas Latin America and the Caribbean — comprising 22 national Cáritas organizations in the region — we join Caritas Internationalis, various pastoral initiatives of the Catholic Church, and other faith-based and civil society groups in urging governments to promote effective policies that enable genuine socio-environmental justice.

Inspired by Catholic Social Teaching and its guiding principles of responsibility, subsidiarity, equity, and solidarity—and grounded in an approach that places local action at the heart of global advocacy—we amplify the voices of communities on the international stage, particularly those who have suffered loss and damage, displacement, or forced transformations in livelihoods and food systems due to climate impacts.

⁵ The State of Biodiversity in Latin America and the Caribbean: A mid-term review of progress towards the Aichi Biodiversity Targets (2016)

⁶ UNEP Report

We strongly urge governments and international actors to embrace the challenge of transformative action that addresses the structural roots of the crisis and contributes to a just and equitable future for all. This appeal stems from our commitment to accompany the most vulnerable communities, recognize their role in shaping effective responses, and underscore the need for a transition toward sustainable, solidarity-driven ways of life.

Grounded in the realities of our territories, we prioritize the following thematic areas in our engagement and advocacy within the UNFCCC negotiation agenda.

1. Losses and Damages

Overview

The socio-environmental crisis continues to cause increasingly severe losses and damages, particularly in developing countries. These impacts affect not only economies but also intangible elements such as culture, spirituality, sense of place, health, and biodiversity.

Disadvantaged groups bear the brunt of these consequences, yet their voices and experiences remain excluded from official assessments.

In Latin America and the Caribbean, the irreversible effects of climate change are intensifying. Key sectors such as agriculture, fisheries, and tourism face severe disruptions, threatening food security, livelihoods, and stability. This reality is also driving climate-induced migration, displacing communities and placing additional strain on urban centers and essential services.

Insufficient action on mitigation, adaptation, and compensation forces the most affected countries to bear the consequences alone, often incurring debt or sacrificing critical public services. This exacerbates inequality and undermines the dignity and wellbeing of populations.

While the UNFCCC does not explicitly regulate human mobility, the Paris Agreement's preamble acknowledges the link between climate change, human rights, and forced displacement. Within the framework of Loss and Damage, climate-induced migration is recognized as a central concern. However, genuine political commitment to coherently integrate these interconnected agendas remains lacking.

Call to Action

We urge the Parties to honor their commitments by advancing decisively

in the establishment and strengthening of reparation mechanisms, particularly through the implementation of the Loss and Damage Fund. This fund must operate with transparency, equity, and accessibility, engaging in direct dialogue with communities on the front lines of the crisis, while avoiding the replication of structures that perpetuate dependency or exclusion.

We urge Parties to honor their commitments by decisively advancing the establishment and strengthening of reparations mechanisms, particularly through the implementation of the Loss and Damage Fund.

This fund must operate transparently, equitably, and accessibly, engaging directly with communities on the crisis front lines and avoiding the replication of structures that perpetuate dependency or exclusion.

This reality must be fully integrated into Nationally Determined Contributions (NDCs), including explicit recognition of both economic and non-economic losses and damages; enhanced financial commitments; risk assessments incorporating social and territorial dimensions; participatory response strategies; and comprehensive analyses of technological and capacity-building needs to ensure fair, people-centered solutions.

We also demand that existing climate frameworks—such as the Warsaw International Mechanism on Loss and Damage (WIM) and its Task Force on Displacement—adopt concrete measures to protect those displaced by climate impacts. These must include prevention, mitigation, and comprehensive support for forced displacement.

2. Adaptation

Overview

Latin America and the Caribbean are among the regions most vulnerable to climate change, with profound impacts on coastal communities, Caribbean islands, and rural areas. These challenges exacerbate existing structural inequalities and threaten vital livelihoods. Effective adaptation requires strengthening community resilience and enhancing abilities to respond to current and future impacts through sustained financial, technical, and human support. Adaptation offers an opportunity to empower communities from the ground up, emphasizing local action, capacity building, and socio-environmental education.

This support demands investment in infrastructure and early warning systems, as well as equitable access to international financing. Priority must be given to historically marginalized populations, with resources channeled through locally led approaches that empower communities to design and implement the solutions they need.

Despite these challenges, we believe in advancing together along hopeful paths, embracing this global process as an opportunity to unite efforts, share knowledge, and commit to alternatives that place life at the center, guided by a long-term vision.

Call to Action

We urge governments and international stakeholders to renew their commitment to effective, sustainable, and people-centered adaptation measures that respect land stewards and defenders of life. These efforts must incorporate their ancestral knowledge and profound connection to the land, vital for crafting lasting solutions.

The UNFCCC should formally recognize and support the role of faith-based organizations in mobilizing networks, raising awareness, and fostering collective action. Equally important is acknowledging women's unique contributions—their insight, sensitivity, and holistic understanding of nature's interconnected cycles position them as custodians of territories and leaders in advancing integrated solutions. Moreover, it is imperative to reassess consumption and production policies and to transform agricultural and food systems to reduce emissions, guarantee food security, protect livelihoods, and restore ecosystems. Any adaptation strategy must be firmly rooted in respect for human rights, ensuring fair and dignified working conditions, preventing new exclusions, and promoting alternatives that uphold human dignity and well-being.

3. Climate Finance

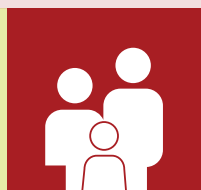
Overview

Regarding climate finance commitments, COP29 marked a milestone by agreeing to pursue a new collective target of \$300 billion annually by 2035. Although this surpasses the \$100 billion pledge made at COP21, it remains insufficient to meet the escalating needs of communities affected by the climate crisis, particularly in historically marginalized countries.

Adequate, accessible, and equitable financing is essential for developing countries to enhance their climate ambitions within their Nationally Determined Contributions (NDCs), thereby safeguarding people, their environments, and livelihoods.

Call to Action

Together with allied organizations and sister communities, we call on governments and international actors to fully assume their



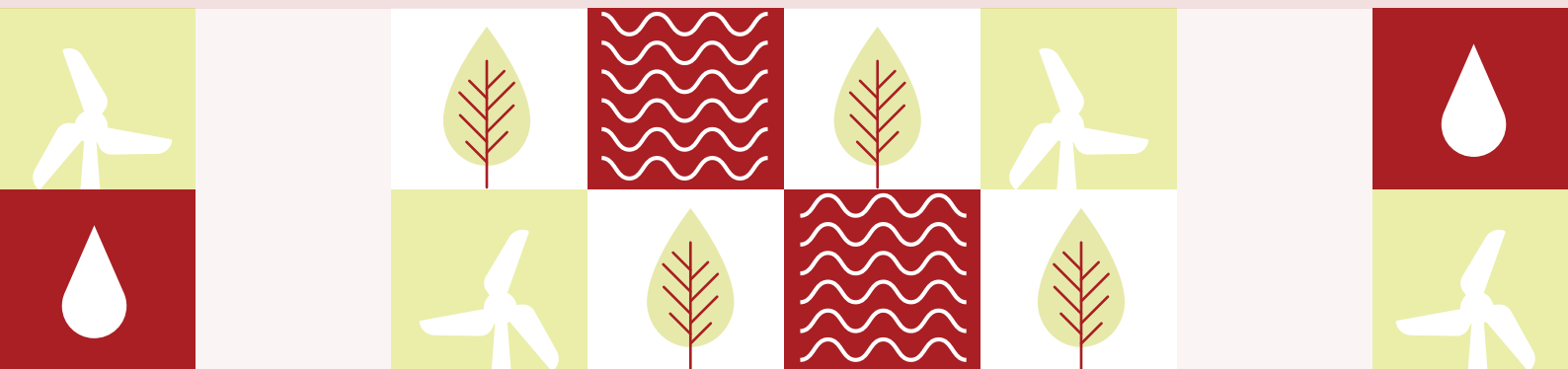
responsibilities by acknowledging the historical debt owed to the Global South, a necessary step toward genuine socio-environmental justice.

We urge that climate finance be:

- (a) equitable and supportive of all pillars of the Paris Agreement;
- (b) inclusive and accessible;
- (c) structured to avoid instruments undermining sovereignty or essential public services;
- (d) channeled through participatory mechanisms;
- (e) governed by clear rules, transparency, and accountability; and
- (f) prioritize grants over loans.

We advocate for the cancellation of unjust debts and the development of innovative financial solutions that unlock resources, acknowledge ecological debt, and promote a financial architecture rooted in human dignity and care for our common home.

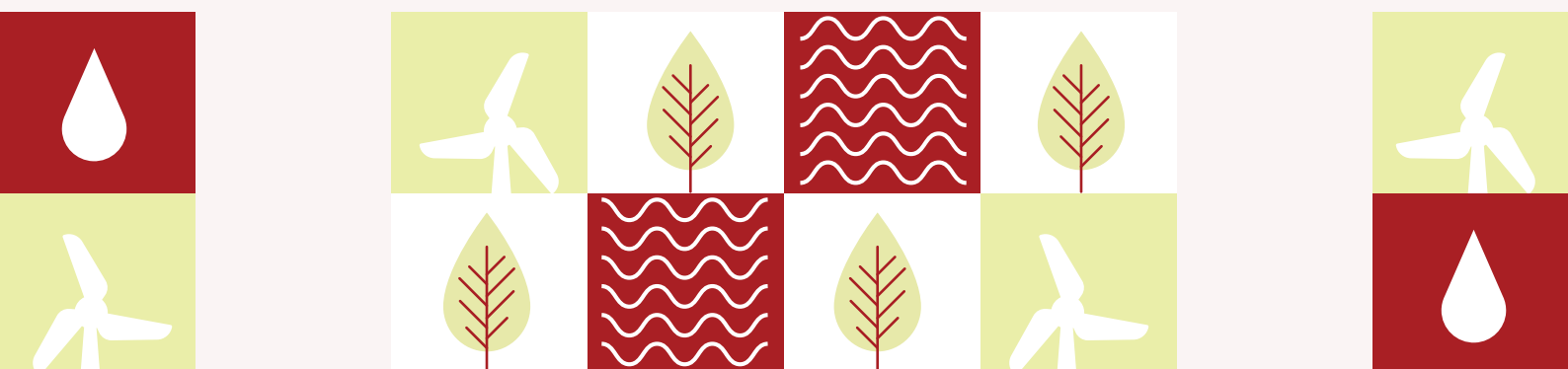




Our Commitment

We pledge active engagement in advocacy platforms fostering dialogue and collaboration in local processes aligned with the Paris Agreement commitments.

Our goal is to support implementation efforts that ensure decisions made at the global level translate into concrete, equitable, and transformative actions on the ground, advancing integral ecology and socio-environmental justice.



Pertes et dommages ; Adaptation ; et Financement climatique Position de Caritas Amérique latine et Caraïbes à la COP30





PARTICIPATION DE CARITAS AMÉRIQUE LATINE ET CARAÏBES À LA COP 30

« La croissance économique, à elle seule, ne résout pas tous les problèmes. (...) Une approche intégrale exige que nous nous ouvrons à des catégories qui vont au-delà du langage des mathématiques ou de la biologie et nous relient à l'essence même de ce que signifie être humain. » (Lettre encyclique Laudato Si' – LS 190).

« Les données scientifiques dont nous disposons ne permettent plus aucun retard et montrent clairement que la préservation de la création est l'une des questions les plus urgentes de notre époque et nous devons reconnaître qu'elle est étroitement liée à la préservation de la paix. » (Discours du cardinal Parolin, secrétaire d'État du Saint-Siège, lors de la 29e Conférence des Nations unies sur les changements climatiques – COP 29).

Introduction

Ce document présente la vision de Caritas Amérique latine et Caraïbes en réponse aux défis urgents de la justice socio-environnementale. Il souligne l'importance cruciale de la défense des droits dans les instances décisionnelles internationales, en particulier dans la Convention-cadre des Nations unies sur les changements climatiques (CCNUCC), ainsi que la mise en œuvre efficace de ses résultats au niveau national dans nos pays. L'objectif est de promouvoir une écologie intégrale qui reflète les réalités, les aspirations et les contributions des communautés de notre région, en prévision de la 30e Conférence des Parties (COP30), qui se tiendra à Belém do Pará, au Brésil, en novembre 2025.

Résumé

En réponse aux cris urgents de la terre et des peuples les plus touchés par la crise socio-environnementale, nous élevons une voix prophétique pour dénoncer un modèle économique mondial fondé sur une « culture du rejet », une croissance effrénée et une exploitation aveugle des biens communs. Ce système a aggravé les inégalités sociales et menace désormais l'équilibre de la création.

Inspirés par la dignité inhérente à chaque personne, nous soulignons la nécessité d'un changement structurel qui place les personnes et la vie au centre de la justice socio-environnementale. Il est temps d'embrasser une profonde conversion écologique dans notre mode de

vie, fondée sur le bien commun et la solidarité entre les générations. Nous demandons la promotion de politiques publiques qui garantissent une transition énergétique progressive, juste et inclusive ; défendent les droits des peuples autochtones et des communautés traditionnelles sur leurs territoires ; et garantissent leur participation pleine et effective aux décisions qui les concernent.

Nous exigeons des engagements climatiques ambitieux et juridiquement contraignants, ainsi qu'un financement accessible et direct pour ceux qui protègent les territoires et la biodiversité. Nous défendons une redistribution équitable des richesses, guidée par les principes du bien-être partagé et du renforcement des économies locales. Notre voix est ancrée dans l'engagement de construire une maison commune fondée sur une culture de soin et d'amitié sociale.

Contexte

Les transformations qui affectent notre maison commune¹, façonnées par de multiples crises interconnectées – climatique, socioculturelle, économique et politique – trouvent leur origine dans un modèle de développement injuste et extractiviste. Poussé par une consommation et une accumulation illimitées², ce paradigme favorise l'indifférence et la négligence tant envers notre prochain qu'envers la création. Il privilégie l'exploitation excessive des ressources naturelles par la déforestation irrationnelle, l'agro-industrie extractive, l'exploitation minière irresponsable et d'autres activités qui menacent les territoires et les droits des peuples, dégradent l'équilibre écologique et exacerbent les inégalités sociales.

Cette crise de sens et de valeurs, qui alimente la violence et touche de manière disproportionnée les communautés les plus marginalisées – menaçant leurs écosystèmes, leurs moyens de subsistance et leurs liens sociaux –, a été fortement contestée par l'Église dans son Magistère récent³ et dénoncée avec audace et clarté prophétique dans l'encyclique *Laudato Si'*, publiée il y a dix ans, appelant à une conversion écologique la même année où l'Accord de Paris a été adopté.

Les conséquences dévastatrices causées en grande partie par le Nord global⁴ exigent que nous répondions « au cri de la terre et au cri des pauvres ». Cela exige que la crise soit abordée dans une perspective qui relie la justice sociale et écologique et que des mesures urgentes et décisives soient prises pour briser le cycle qui emprisonne ceux qui ont le moins contribué à la situation actuelle, mais qui en subissent les conséquences les plus lourdes.

¹ Lettre Encyclique *Laudato Si'*

² *Global Resources Outlook 2024* – UNEP & IRP (mars de 2024)

³ Léon XIII dans *Rerum Novarum* : destination universelle des biens créés et fonction sociale de la propriété privée ; Jean XXIII dans *Pacem in Terris* : la paix est liée au respect de la vie et de la création ; Paul VI dans *Populorum Progressio* : dangers d'une croissance économique sans responsabilité sociale et environnementale ; Jean-Paul II a mis en garde contre la nécessité d'une utilisation rationnelle des ressources naturelles ; Benoît XVI a rappelé que la nature n'est pas un objet jetable, mais un don de Dieu que nous devons protéger et cultiver.

⁴ *High-income groups disproportionately contribute to climate extremes worldwide*, *Nature Sustainability*, 2025.

L'Amérique latine et les Caraïbes, l'une des régions les plus riches en biodiversité de la planète⁵, sont également parmi les plus inégalitaires et les plus vulnérables aux effets du changement climatique. La violence structurelle vise de plus en plus les défenseurs de la vie et des territoires contre les intérêts puissants qui cherchent à contrôler les ressources naturelles. Parallèlement, l'insécurité alimentée par le trafic de drogue et la corruption sape les institutions démocratiques et érode la confiance sociale.

À l'approche de la COP30, les progrès restent insuffisants: le financement climatique est rare et difficile d'accès⁶; les émissions de gaz à effet de serre n'ont pas diminué de manière significative ; les pertes et les dommages n'ont pas été traités avec l'urgence nécessaire ; et le soutien à l'adaptation des populations les plus vulnérables reste limité. À cela s'ajoutent des propositions trompeuses et des solutions fallacieuses qui, sous prétexte de durabilité, perpétuent les modèles extractivistes, marchandisent la nature et déplacent des communautés sans s'attaquer aux causes profondes et structurelles.

Cette année, alors que les pays présentent leurs contributions déterminées au niveau national (CDN) actualisées afin de limiter le réchauffement climatique entre 1,5 et 2 degrés Celsius au-dessus des niveaux préindustriels, les principes de l'Accord de Paris — en particulier celui des responsabilités communes mais différenciées — doivent guider l'action mondiale. Cependant, le processus a largement exclu les voix des communautés les plus vulnérables, leur refusant la reconnaissance de leur savoir et de leurs propositions. Cette exclusion contredit la justice qui doit sous-tendre toutes les actions climatiques.

Nous exhortons les gouvernements à faire preuve d'un leadership audacieux en matière de réduction des émissions, en soutenant les personnes les plus touchées et en réparant les dommages causés. La justice climatique ne peut être atteinte qu'en parallèle avec la justice sociale, grâce à des engagements fermes, notamment le respect des financements promis et la reconnaissance des connaissances ancestrales, afin de trouver des solutions qui protègent la planète pour les générations présentes et futures.

Priorités de Caritas Amérique latine et Caraïbes en matière de plaidoyer

En tant que Caritas Amérique latine et Caraïbes — composée de 21 Caritas nationales dans toute la région —, nous nous joignons à la Confédération Caritas Internationalis, à différentes organisations, à diverses initiatives pastorales de l'Église catholique et à d'autres groupes religieux et de la société civile pour exhorter les gouvernements à

⁵ The State of Biodiversity in Latin America and the Caribbean: A mid-term review of progress towards the Aichi Biodiversity Targets (2016)

⁶ UNEP Report

promouvoir des politiques efficaces qui permettent une véritable justice socio-environnementale.

Inspirés par la doctrine sociale catholique et ses principes directeurs de responsabilité, de subsidiarité, d'équité et de solidarité — et sur la base d'une approche qui place l'action locale au centre de la défense mondiale — nous amplifions la voix des communautés sur la scène internationale, en particulier celles qui ont subi des pertes et des dommages, des déplacements ou des transformations forcées de leurs moyens de subsistance et de leurs systèmes alimentaires en raison des impacts climatiques.

Nous appelons avec force les gouvernements et les acteurs internationaux à relever le défi d'une action transformatrice qui s'attaque aux racines structurelles de la crise et contribue à un avenir juste et équitable pour tous. Cet appel découle de notre engagement à accompagner les communautés les plus vulnérables, à reconnaître leur rôle dans la définition de réponses efficaces et à souligner la nécessité d'une transition vers des modes de vie durables et solidaires.

Sur la base des réalités de nos territoires, nous avons donné la priorité aux domaines thématiques suivants dans notre engagement et notre action au sein du programme de négociations de la CCNUCC.

1. Pertes et dommages

Aperçu

La crise socio-environnementale continue de causer des pertes et des dommages de plus en plus graves, en particulier dans les pays en développement, affectant non seulement les économies, mais aussi des éléments intangibles tels que la culture, la spiritualité, le sentiment d'appartenance, la santé et la biodiversité. Les groupes défavorisés sont les plus touchés par ces conséquences et leurs voix et leurs expériences continuent d'être exclues des analyses officielles.

En Amérique latine et dans les Caraïbes, les effets irréversibles du changement climatique s'intensifient. Des secteurs tels que l'agriculture, la pêche et le tourisme sont gravement touchés, ce qui menace la sécurité alimentaire, les moyens de subsistance et la stabilité. Cette réalité favorise également la migration induite par le climat, déplaçant des communautés et exerçant une pression supplémentaire sur les centres urbains et les services essentiels.

L'absence de mesures d'atténuation, d'adaptation et de compensation oblige les pays les plus touchés à supporter seuls les conséquences, souvent en s'endettant ou en sacrifiant des services publics essentiels. Cela exacerbe les inégalités et porte atteinte à la dignité et au bien-être des populations.

Bien que la CCNUCC ne réglemente pas explicitement la mobilité humaine, le préambule de l'Accord de Paris reconnaît le lien entre le changement climatique, les droits humains et les déplacements forcés. Dans le cadre des pertes et dommages, la migration induite par le climat est reconnue comme une préoccupation centrale. Cependant, il manque encore un engagement politique sincère pour intégrer de manière cohérente ces agendas interdépendants.

Appel à l'action

Nous exhortons les Parties à respecter leurs engagements en progressant de manière décisive dans la mise en place et le renforcement de mécanismes de réparation, notamment par la mise en œuvre du Fonds pour les pertes et dommages. Ce fonds doit fonctionner de manière transparente, équitable et accessible, en engageant un dialogue direct avec les communautés en première ligne de la crise, et en évitant de reproduire des structures qui perpétuent la dépendance ou l'exclusion.

Cette réalité doit être pleinement intégrée dans les contributions déterminées au niveau national (CDN), notamment par la reconnaissance explicite des pertes et dommages économiques et non économiques, le renforcement des engagements financiers, des évaluations des risques intégrant les dimensions sociales et territoriales, des stratégies de réponse participatives et des analyses rigoureuses des besoins technologiques et de renforcement des capacités afin de garantir des solutions équitables et centrées sur les personnes.

Nous exigeons également que les cadres d'action climatique existants, tels que le Mécanisme international de Varsovie sur les pertes et les dommages (WIM) et son Groupe de travail sur les déplacements, adoptent des mesures concrètes pour protéger les personnes déplacées par les impacts climatiques. Celles-ci doivent inclure la prévention, l'atténuation et un soutien complet aux personnes déplacées de force.

2. Adaptation

Aperçu

L'Amérique latine et les Caraïbes comptent parmi les régions les plus vulnérables au changement climatique, avec des impacts profonds sur les communautés côtières, les îles des Caraïbes et les zones rurales, aggravant les inégalités structurelles existantes et menaçant les moyens de subsistance fondamentaux.

Une adaptation efficace nécessite de renforcer la résilience des communautés et d'améliorer leurs capacités à répondre aux impacts

actuels et futurs grâce à un soutien financier, technique et humain. L'adaptation représente une opportunité d'autonomiser les communautés à partir de la base, en mettant l'accent sur l'action locale, le renforcement des capacités et l'éducation socio-environnementale. Ce soutien nécessite des investissements dans les infrastructures et les systèmes d'alerte précoce, ainsi qu'un accès équitable au financement international, en donnant la priorité aux populations historiquement marginalisées, avec des ressources acheminées par le biais d'approches locales qui permettent aux communautés de concevoir et de mettre en œuvre les solutions dont elles ont besoin.

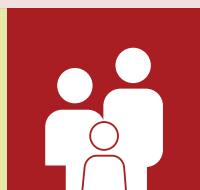
Malgré ces défis, nous croyons qu'il est possible de tracer ensemble des voies d'espoir, en embrassant ce processus mondial comme une occasion d'unir nos efforts, de partager nos connaissances et de nous engager dans des alternatives qui placent la vie au centre, guidées par une vision à long terme.

Appel à l'action

Nous exhortons les gouvernements et les acteurs internationaux à renouveler leur engagement en faveur de mesures d'adaptation efficaces, durables et centrées sur les personnes, qui respectent les gardiens de la terre et les défenseurs de la vie. Ces efforts doivent tenir compte de leurs connaissances ancestrales et de leur lien profond avec la terre, qui sont essentiels à l'élaboration de solutions durables.

La CCNUCC doit reconnaître officiellement et soutenir le rôle des organisations religieuses dans la mobilisation des réseaux, la sensibilisation et la promotion d'actions collectives. Il est tout aussi important de reconnaître les contributions uniques des femmes : leur perception, leur sensibilité et leur compréhension des cycles interconnectés de la nature les positionnent comme gardiennes des territoires et leaders dans la promotion de solutions intégrées.

En outre, il est essentiel de revoir les politiques de consommation et de production et de transformer les systèmes agricoles et alimentaires afin de réduire les émissions, de garantir la sécurité alimentaire, de protéger les moyens de subsistance et de restaurer les écosystèmes. Toute stratégie d'adaptation doit être fermement ancrée dans le respect des droits humains, en garantissant des conditions de travail justes et dignes, en prévenant de nouvelles exclusions et en promouvant des alternatives qui défendent la dignité et le bien-être humains.



3. Financement climatique

Aperçu

En ce qui concerne les engagements en matière de financement climatique, la COP29 a marqué un tournant en convenant de viser un nouvel objectif collectif de 300 milliards de dollars par an d'ici 2035. Bien que cela dépasse la promesse de 100 milliards de dollars faite lors de la COP21, cela reste insuffisant pour répondre aux besoins croissants des communautés touchées par la crise climatique, en particulier dans les pays historiquement marginalisés.

Un financement adéquat, accessible et équitable est essentiel pour que les pays en développement puissent élargir leurs ambitions climatiques dans le cadre de leurs contributions déterminées au niveau national (CDN), protégeant ainsi les populations, leur environnement et leurs moyens de subsistance.

Appel à l'action

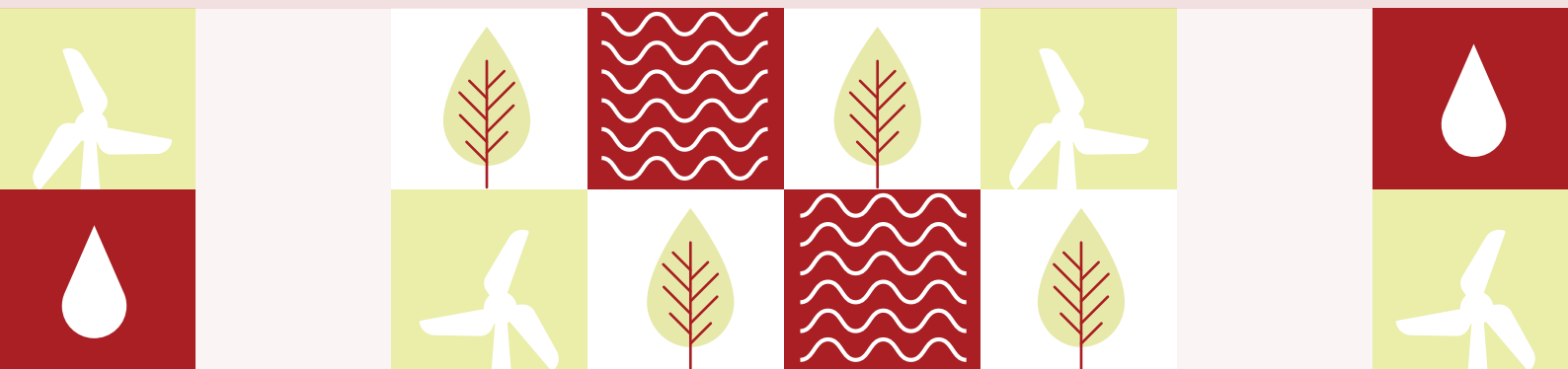
Avec les communautés et les organisations alliées, nous exhortons les gouvernements et les acteurs internationaux à assumer pleinement leurs responsabilités, en reconnaissant la dette historique envers le Sud global, une étape nécessaire pour une véritable justice socio-environnementale.

Nous demandons que le financement climatique :

- a) soit équitable et solidaire, couvrant tous les piliers de l'Accord de Paris;
- b) privilégie les subventions plutôt que les prêts; c) garantisse un accès inclusif;
- d) évite les instruments qui compromettent la souveraineté ou les services essentiels ;
- e) soit canalisé par des mécanismes participatifs ; et
- f) repose sur des règles claires, la transparence et la responsabilité.

Nous défendons l'annulation des dettes injustes et le développement de solutions financières innovantes qui libèrent des ressources, reconnaissent la dette écologique et promeuvent une architecture financière ancrée dans la dignité humaine et le soin de notre maison commune.

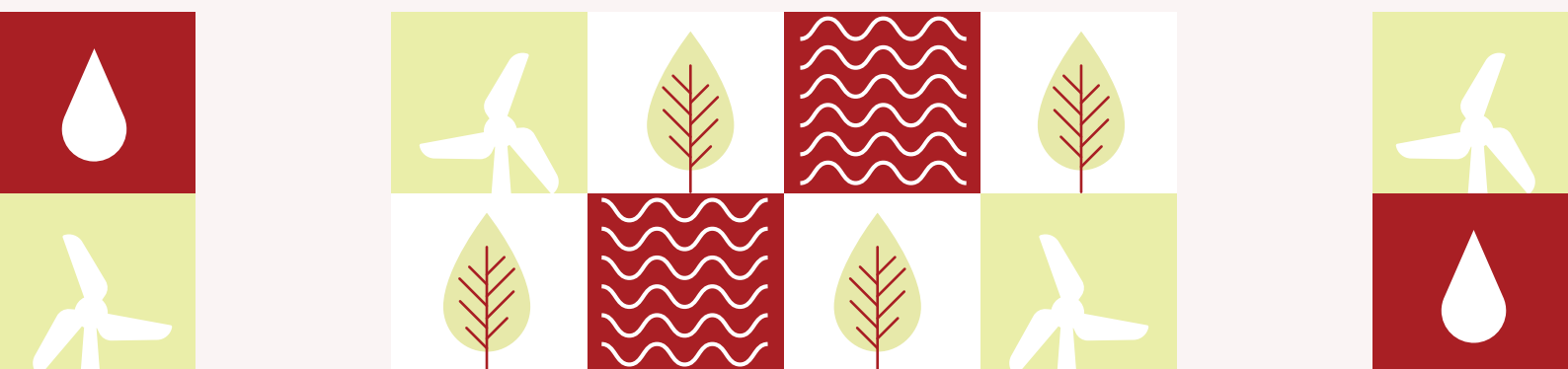




Notre engagement

Nous nous engageons à participer activement à des plateformes d'influence qui favorisent le dialogue et la collaboration dans le cadre de processus locaux alignés sur les engagements de l'Accord de Paris.

Notre objectif est de soutenir les efforts de mise en œuvre qui garantissent que les décisions prises au niveau mondial se traduisent par des actions concrètes, équitables et transformatrices sur le terrain, en promouvant l'écologie intégrale et la justice socio-environnementale. ios, en favor de la ecología integral y la justicia socioambiental.





www.caritaslatinoamerica.org

